

PARECER DA AUTORIDADE JULGADORA Nº 005/2019

PROCESSO N.º: 001348-14/01

INTERESSADO: Fabrício de O. Lima – ME.

CNPJ: 05.537.744/0001-63.

OBJETIVO: Análise e julgamento de primeira instância de infração ambiental.

AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 0001650.

SANÇÕES: Multa Simples e Apreensão.

EMENTA: Ter em depósito madeira serrada sem a devida documentação de comprovação exigida pelo órgão ambiental competente (Auto de Infração Nº 0001650).

I – RELATÓRIO DOS FATOS

Trata-se de processo administrativo instaurado a partir da lavratura do **Auto de Infração nº 0001650** (fls. 09) lavrado com fundamento no art. 70 *caput*, da Lei Nº 9.605/98 e art. 3º inciso II, IV e 47, § 1º do Decreto Nº 6.514/2008; por ter em depósito 55,67 m³ de madeira serrada sem a devida documentação de comprovação exigida pelo órgão ambiental competente.

O auto de infração foi gerado em 23 de julho de 2014, em vistoria de pátio da empresa Fabrício de O. Lima – ME (CNPJ: 05.537.744/0001-63), Município de Rorainópolis, coordenadas geográficas N 00° 45' 24,2'' e W -60° 27' 16,0''.

Pela prática da infração supramencionada foi aplicada a penalidade de multa simples no valor de **R\$ 16.701,00 (dezesesseis mil, setecentos e hum reais)**, conforme o Auto de Infração nº 0001650; e apreensão de 55,67 m³ de madeira serrada, inclusive esta em bom estado de conservação, conforme o Termo de Destinatário de Bens Apreendidos Nº 0000117 (fls. 10).

Ainda, diante das dificuldades logísticas para o transporte da madeira apreendida os fiscais nomearam como fiel depositário a referida empresa, cito: Fabrício de O. Lima – ME (CNPJ: 05.537.744/0001-63). Os bens apreendidos foram avaliados em R\$: **13.917,50 (treze mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta centavos)**, conforme descrito no supracitado Termo de Destinatário de Bens Apreendidos e especificado em Relatório Ambiental Nº 091/14 (fls. 03 a 08).

O Parecer Técnico da Autoridade Julgadora nº 003/2019 (fls. 32 a 36) foi emitido e publicado sem a devida observância do prazo de 10 (dez) dias para alegações finais, conforme preconiza o art. 122 do Decreto nº 6.514/2008. Isso posto, em busca de sanear tal vício administrativo a presente comissão julgadora tornou sem efeito legal o citado parecer, avocando a Súmula 473-STF, *ipsis litteris*:

*A administração pode **anular** seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou **revogá-los**, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.*

Posteriormente, procedeu-se a abertura do prazo para alegações finais, conforme publicação no DOERR, edição nº 3525, datado em 25 de julho de 2019, no qual, o autuado não se manifestou.

Prosseguindo com a fase de instrução, a comissão julgadora, solicitou que o autuado fosse notificado para se manifestar quanto à localização dos bens apreendidos que ficaram em sua responsabilidade na condição de fiel depositário, de acordo com o art. 105 do Decreto nº 6.514/2008, publicado no DOERR, edição nº 3529, de 31 de julho de 2019, sem que houvesse manifestação do autuado.

Ressalta-se que, em 16 de julho de 2019, os advogados do autuado requereram VISTAS E CARGAS dos autos. O pedido foi atendido conforme Termo de Carga (fl. 53).

Em razão da Decisão Administrativa, que manteve o referido auto de infração, o Autuado apresentou Recurso Administrativo/Defesa Administrativa com os seguintes argumentos em síntese:

- Incompetência da FEMARH em razão da repartição constitucional, ou seja, não caberia ao órgão ambiental estadual fiscalizar o município de Rorainópolis.
- Insignificância por possuir "supostamente apenas" 55.67 m³ de madeira serrada em desacordo com o sistema de controle florestal.
- Violação do Princípio da Reserva Legal e da Legalidade.
- Diferença na volumetria entre o valor real e o valor remanescente no sistema.
- Da razoabilidade e da proporcionalidade: Falta de bom senso na tipificação e dosimetria da multa ambiental: caráter da multa "tipo fechada"; gravidade do fato; coeficiente de aproveitamento florestal do sistema; antecedentes do autuado; bem como, sua situação econômica.
- Solicitou anulação do referido auto de infração.
- Solicitou intimação ao Defendente, na pessoa do seu advogado, Kairo Ícaro Alves dos Santos (OAB-RR 792), para se manifestar sobre qualquer ato processual, documentos ou pareceres junto ao presente processo.

É o relatório.

II – INSTRUÇÃO

Constatou-se nos autos o MEMO N° 0285/2014/DFA/DMCA/FEMARH (fl. 02); Relatório Ambiental N° 091/14 (fls. 03 a 08); Auto de Infração N° 0001650 (fls. 09); Termo de Destinação de Bens Apreendidos N° 0000117 (fls. 10); Despacho DA/DIRAF à PROJUR (fls.11); Recurso Administrativo/Defesa (fls. 12 a 27); Procuração “*Ad Judicia*” (fls. 28); Despacho DMCA à DRHI (fls. 29); Despacho DMCA/FEMARH para Autoridade Julgadora (fls. 30); Despacho DMCA/FEMARH para Autoridade Julgadora (fls. 31); Parecer da Autoridade Julgadora n° 003/2019 (fls. 32 a 36); MEMO N° 003/2019/CUAJ/FEMARH/RR (fl. 37); Publicação em DOERR (fl. 38 a 40); Despacho Chefe da DRH/FEMARH/RR (fl.41); Despacho Presidente CUAJ/FEMARH/RR (fl. 42); Portaria n° 442/2019 / PRESIDÊNCIA / FEMARH/RR (fl. 43); Publicação DOERR (fls. 44 a 45); Despacho Chefe da DRH/FEMARH/RR (fl. 46); MEMO N° 10/2019/CUAJ/FEMARH/RR (fl. 47); Anexo: Relação dos Autuados/Fiel Depositário (fl. 48); Requerimento VISTAS E CARGAS (fls. 49 a 51); MEMO N° 011/2019/CUAJ (fl. 52); Termo de Carga (fl.53); Despacho Presidência (fl. 54); Despacho DIRAF/FEMARH (fl.55); Publicação DOERR (fls. 56 e 57); Despacho Chefe da DRH/FEMARH/RR (fl. 58); Despacho DIRAF (fl.59); MEMO N°10/2019/CUAJ/FEMARH/RR (fl.60); Relação dos Autuados/Fiel Depositário – Publicação DOERR N° 3529 de 31/0//2019 (fl.61).

III – LEGISLAÇÃO PERTINENTE

- **Constituição Federal de 1988;**
- **Lei n°. 9.605/1998** - Lei dos Crimes Ambientais;
- **Decreto n°. 6.514/2008** - Infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e do seu processo administrativo federal;
- **Lei 12.651/2012** - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;
- **Instrução Normativa FEMARH n° 005 de 05 de Agosto de 2019** – Regula os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a imposição das sanções a defesa ou impugnação, o sistema recursal e a cobrança de multa e sua conversão em prestação de serviço de recuperação, preservação e melhoria da qualidade ambiental no âmbito de autuação da FEMARH.

IV – ANÁLISE DO RECURSO ADMINISTRATIVO/DEFESA

Prefacialmente, cumpre ressaltar que o recurso apresentado é *tempestivo* nos termos do art. 113, do Decreto N° 6.514/2008.

Pois bem.

1. Recorre o autuado pugnando pela anulação do auto de infração com consequente absolvição da multa que foi aplicada, conforme os fatos acima exposto. Todavia, verificou-se que alegações do recorrente não estão hábeis a desconstituir os termos da decisão proferida.
2. Os agentes públicos agiram em perfeita harmonia com os ditames legais preceituados na legislação vigente, sendo o **Auto de Infração nº 0001650** e o **Termo de Destinação de Bens Apreendidos nº 0000117**, bem como, o **Relatório Ambiental nº 091/14**, lavrados por autoridades policiais administrativas à luz da Lei Federal nº 9.605/2008, art. 70, 1º § c/c Lei Estadual nº 537/2006. Art.11, inciso I.
3. Não há de se relatar qualquer incompetência ou violação aos princípios legais por parte da entidade ambiental. A *Lei Complementar Nº 140/2011*, no *caput* do seu *artigo 17*, sucintamente descreve que compete ao responsável pelo licenciamento ou autorização, conforme o caso, lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para apuração de infrações à legislação ambiental. Ainda, no mesmo artigo, § 3º, dispõe que não impede o exercício pelos entes federativos da atribuição comum de fiscalização.
4. O Autuado não apresentou nenhuma documentação ou lastro legal que justificasse ter em depósito os 55,67 m³ de madeira serrada além do permitido/autorizado. Ressalta-se que, inclusive, houve a ratificação da volumetria em excesso no sistema de controle florestal (fls. 08).
5. O **Termo de Destinação de Bens Apreendidos Nº 0000117**, elucida que a madeira apreendida se encontra serrada e em bom estado de conservação. O índice de conversão adotado pela equipe de fiscalização, de madeira em tora para madeira serrada foi de 50%. Esse adotado para as serrarias situadas no bioma Amazônico.
6. Verificou-se inexistir quaisquer erros quanto à tipificação: **art. 70 caput, da Lei Nº 9.605/98 e art. 3º inciso II, IV e 47, § 1º do Decreto Nº 6.514/2008**.
7. Da mesma forma, pode-se verificar que os valores apontados no auto de infração correspondem exatamente às previsões do Decreto 6.514/2008, tendo os agentes atuantes preenchido os autos de infração conforme as exigências legais: Volumetria 55,67 m³ e valor da multa **R\$ 16.701,00 (dezesseis mil, setecentos e hum reais)**.
8. Concedeu-se ao autuado o prazo de 10 (dez) dias para alegações finais, conforme art. 122 do Decreto nº 6.514/2008, dando-lhe direito a ampla defesa e ao contraditório.
9. Notificou-se o autuado para se manifestar quanto à localização dos bens apreendidos, tendo em vista que, a equipe de fiscalização nomeou como fiel depositário o próprio autuado. Sendo a volumetria apreendida avaliada em **R\$: 13.917,50 (treze mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta centavos)**, conforme Termo de destinação de Bens Apreendido Nº 0000117.

10. Ressalta-se que, não houve qualquer manifestação do autuado no prazo das alegações finais, tampouco, quanto à localização dos bens apreendidos na condição de fiel depositário.
11. Decide-se que os bens apreendidos avaliados em **R\$: 13.917,50 (treze mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta centavos)** sejam incorporados ao erário público.
12. Posto isso, quanto ao Auto de Infração N° 00001650, opina-se pela manutenção integral do mesmo.

V – REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL

De acordo com o art. 143, §2º, do Decreto N° 6.514/2008, independente do valor da multa aplicada, fica o autuado obrigado a reparar integralmente o dano que tenha causada.

Posto isso, caberá ao infrator proceder à reposição florestal dos 55,67 m³ de madeira serrada que divergiram do computado no sistema de controle "SISDOF", mediante acompanhamento e crivo da Diretoria de Monitoramento e Controle Ambiental – DMCA/FEMARH/RR.

VI – ENCAMINHAMENTO

Remeta-se o devido processo, com base nos fundamentos do presente parecer, à Presidência para as devidas providências quando a publicação e notificação, para regular direito de interposição de recursos a luz **IN 05/2019**.

VII – CONCLUSÃO

Com base na análise dos documentos encartados que delinearam os fatos, e ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a eles inerentes, com descrições objetivas e clara da infração, e aplicação das multas em consonância com as legislações vigentes.

- a) Mantenho a sanção da multa simples aplicada no valor de **R\$ 16.701,00 (dezesesseis mil, setecentos e hum reais)**, pelos seus próprios fundamentos legais, cito: no art. 70 *caput*, da Lei N° 9.605/98 e art. 3º inciso II, IV e 47, § 1º do Decreto N° 6.514/2008; por ter em depósito 55,67 m³ de madeira serrada sem a devida documentação de comprovação exigida pelo órgão ambiental competente.

- b) Que os bens apreendidos avaliados em **R\$: 13.917,50 (treze mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta centavos)** sejam incorporados ao erário público.
- c) Que o valor da multa simples seja calculado e atualizado pelo setor de contabilidade, de acordo com a Lei Nº 8.005/1990.
- d) Seja o autuado notificado via AR, e/ou outro meio de notificação legal para ciência da Decisão.
- e) Após ciência, com a devida juntada do comprovante do AR, ou outro meio legal de notificação/ciência, o autuado poderá pagar o valor da multa no prazo de 5 (cinco) dias, com o desconto legal de 30%, com incidência de juros, mora e correção monetária.
- f) Caso o autuado não pague o valor da multa com 30% de desconto no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da ciência da decisão no processo, poderá apresentar RECURSO a autoridade superior, no prazo de **20 (vinte) dias**.
- g) Por fim, não efetuando o pagamento no período acima estipulado nem apresentando recurso, **CERTIFICAR O TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO** da decisão da 1ª Instância e proceder com os trâmites legais para a **INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA**.

Publique-se, notifique-se por AR e demais providencias.

É o parecer. S.M.J.

Boa Vista, 29 de Agosto de 2019.

Fernanda Nascimento Bernardo de Oliveira
AUTORIDADE JULGADORA/CUAJ
Matrícula: 042098909

Robson Marques Torquato
PRESIDENTE DA AUTORIDADE
JULGADORA/CUAJ
Matrícula: 042098786